



**KREDILIG S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTO**

**Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2025**

**Demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2025****Conteúdo**

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos o relatório da administração, as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes da Kredilig S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2025, em atendimento aos dispositivos legais e estatutários.

Desempenho Econômico-Financeiro

No decorrer do primeiro semestre de 2025 os resultados da Kredilig S.A. – CFI apresentaram as seguintes evoluções em relação ao período anterior:

- Lucro líquido de R\$ 15,06 milhões, resultado 17,2% abaixo do ano anterior e correspondente a uma rentabilidade de 7,0% sobre o patrimônio líquido;
- Os ativos representam R\$ 404,24 milhões, redução de 1,9% no semestre;
- A carteira de operações de crédito cresceu 5,0% no semestre, em virtude do crescimento das operações de empréstimo pessoal; e
- As receitas de operações de crédito reduziram 9,9%, totalizando R\$ 96,66 milhões.

Processos Internos

A Kredilig S.A. - CFI tem constituída uma área específica para gestão de riscos e controles, contando com um diretor e gestores com atribuições e responsabilidades definidas, em consonância às melhores práticas adotadas no mercado. Em 2025, manteve índices de Basileia acima de 17%, conforme regulamenta a Resolução nº 4.606/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A abordagem da gestão de riscos é tratada na nota explicativa 4.

Em atendimento a lei geral de proteção de dados (“LGPD”), a Kredilig S.A. - CFI mantém a privacidade dos dados pessoais das pessoas relacionadas com a Instituição no decorrer da relação contratual.

A Kredilig S.A. – CFI possui política de risco socioambiental (“PRSA”), definida na Resolução nº 4.945/21 do CMN. Tanto a política de risco socioambiental como as informações relacionadas a lei geral de proteção de dados estão disponíveis no site da Instituição.

Os trabalhos de auditoria interna, avaliação da gestão dos riscos e controles internos da Instituição, são realizados pela Martinelli Auditores, com independência.

Os recursos de operações de depósitos a prazo e aceites cambiais são captados junto aos seus acionistas e empresas de partes relacionadas, apresentando um baixo risco de liquidez, mantendo sua estratégia corporativa, de proteção e conservação. Além disso, não possui operações de hedge.

Os recursos são captados em operações de depósitos a prazo e aceites cambiais, junto aos seus acionistas, apresentando um baixo risco de liquidez, mantendo sua estratégia corporativa, de proteção e conservação. Além disso, não possui operações de hedge.

**Responsabilidade Social**

A responsabilidade social está presente na filosofia da Instituição. Por isso, durante o 1º semestre de 2025, a Kredilig S.A. - CFI manteve a contribuição para projetos sociais de instituições filantrópicas da grande Florianópolis.

Considerações Finais

Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários, agradecendo a participação dos colaboradores, clientes e parceiros comerciais.

Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Kredilig S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Biguaçu - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Kredilig S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** (“**Instituição**”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis para o semestre findo em 30 de junho de 2025, a qual descreve que as referidas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das informações comparativas nas demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 de 25 de novembro de 2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Resolução nº 352 de 23 de novembro de 2023 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor independente

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 26 de agosto de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SC 000202/F-1

Waldemar Namura Júnior
Contador CRC 1 SP 154938/O-0 - S - SC



Balanço patrimonial
Em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	30/06/2025
Ativo circulante		321.008
Disponibilidade	5	4.670
Instrumentos financeiros		415.114
Operações de crédito - Setor privado	6	353.105
Outros créditos	6	62.009
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(101.847)
(-) Operações de crédito	6	(90.315)
(-) Outros créditos	6	(11.532)
Outros ativos	7	3.071
Ativo não circulante		83.235
Realizável a longo prazo		80.691
Instrumentos financeiros		86.882
Operações de crédito - Setor privado	6	83.237
Outros créditos	6	3.645
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(14.023)
(-) Operações de crédito	6	(13.897)
(-) Outros créditos	6	(126)
Créditos tributários	15.b	7.832
Imobilizado de uso	3.d	228
Outras imobilizações de uso		1.051
(-) Depreciações acumuladas		(823)
Intangível	3.e	2.316
Ativos intangíveis		3.891
(-) Amortização acumulada		(1.575)
Total do ativo		404.243



Balanço patrimonial
Em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota explicativa	30/06/2025
Passivo circulante		118.389
Depósitos e demais instrumentos financeiros		48.577
Depósitos a prazo	8	40.606
Recursos de aceites cambiais	9	7.971
Obrigações correspondente bancário	11	47.081
Outros passivos		22.731
Cobrança e arrec. tributos e assemelhados		151
Sociais e estatutárias	11.b	12.663
Fiscais e previdenciárias		3.750
Diversas	10	6.167
Passivo não circulante		70.945
Depósitos e demais instrumentos financeiros		67.868
Depósitos a prazo	8	1.283
Recursos de aceites cambiais	9	66.585
Obrigações correspondente bancário	11	2.997
Outros passivos - diversas	10	80
Patrimônio líquido	12	214.909
Capital de domiciliados no País		120.000
Reservas de lucros		80.175
Lucros acumulados		14.734
Total do passivo e patrimônio líquido		404.243



Demonstração do resultado
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		97.201
Operações de crédito	13	96.656
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		545
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		-
Despesas da intermediação financeira		(47.204)
Operações de captações no mercado		(9.050)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6.d	(38.154)
Resultado bruto da intermediação financeira		49.997
Outras receitas (despesas) operacionais		(28.410)
Outras receitas operacionais		1.255
Despesas de pessoal		(5.458)
Outras despesas administrativas	14	(19.679)
Despesas tributárias	15	(3.660)
Outras despesas operacionais		(868)
Resultado operacional		21.587
Resultado antes da tributação sobre o lucro		21.587
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(7.393)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16	861
Lucro líquido do semestre		15.055
Número de ações (em lotes de mil)		5.000
Lucro líquido por ação (em Reais)		3,01

**Demonstração do resultado abrangente**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2025
Lucro líquido do semestre	15.055
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente total	<u>15.055</u>



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Dividendos adicionais	Patrimônio líquido
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		120.000	14.309	65.866	-	9.094	209.269
Dividendos aprovados em AGO		-	-	-	-	(9.094)	(9.094)
Adoção da Resolução CMN n° 4.966/2021	2.b	-	-	-	979	-	979
Lucro líquido do período		-	-	-	15.055	-	15.055
Destinações							
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(1.300)	-	(1.300)
Saldos em 30 de junho de 2025	12	120.000	14.309	65.866	14.734	-	214.909
MUTAÇÕES DO SEMESTRE		-	-	-	14.734	(9.094)	5.640

**Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto**

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do semestre	15.055
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:	
Depreciação e amortização	448
Provisão para contingências	(15)
Juros de captação	8.975
Tributos diferidos	2.466
Instrumentos financeiros	979
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	32.767
Lucro líquido do semestre ajustado	60.675
Aumento nos ativos:	
Operações de crédito	(23.843)
Outros créditos	(985)
	(24.828)
Aumento (redução) nos passivos:	
Outras obrigações	6.880
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.032)
	(3.152)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	32.695
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Adições ao ativo permanente	(1)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(1)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Recursos captados	17.142
Recursos pagos de captação	(35.223)
Dividendos e juros sobre o capital pagos	(11.395)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(29.476)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	3.218
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.452
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4.670
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	3.218



Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Kredilig S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”) está devidamente regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Sua matriz está localizada na Rua Paulo Zimmermann, 455, BR 101, em Biguaçu, Santa Catarina, CEP: 88160-580.

A Instituição tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a aplicação de recursos próprios e de terceiros, conforme previsto na legislação pertinente.

Atualmente, oferece como seus principais produtos o crédito direto ao consumidor, empréstimo pessoal, empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito e desconto de recebíveis.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância às normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BCB) e estão em conformidade com o Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central do Brasil irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de agosto de 2025.



b. Novas normas e alterações emitidas pelo BACEN

As normas abaixo, aplicáveis a Instituição, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. Por esta razão as demonstrações contábeis não estão sendo apresentadas de forma comparativa, em consonância com o art. 102 da Resolução BCB nº 352/23.

I – Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 – Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2025, a Instituição implementou as novas normas contábeis estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, que conferem alinhamento aos padrões internacionais IFRS 9. As principais alterações incluem:

A classificação dos instrumentos financeiros: reordenamento das carteiras de operações de crédito por suas modalidades.

O cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: parte-se para um modelo de provisão de perda incorrida, mais a perda esperada da operação, com base na distribuição por tipo de carteira, mensuração dos dias de atraso, além da classificação ou não como ativo problemático.

Reconhecimento de receitas e despesas: ocorrerá o diferimento das receitas de serviços e dos custos de transação, atrelados diretamente à operação. Os instrumentos financeiros terão o reconhecimento de juros interrompidos com mais de 90 dias de atraso ou antes, se o ativo for considerado como problemático.

A Instituição verificou que os novos requisitos não tiveram impacto relevante na classificação e na mensuração de seus ativos financeiros. As categorias anteriormente mensuradas pelo custo amortizado, conforme as normas anteriores, como aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, carteira de crédito e outros ativos financeiros, continuam a ser avaliadas predominantemente dessa forma.

Aspectos fiscais: a Lei nº 14.467/22 estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas.

O novo modelo de reconhecimento de juros das operações de crédito prevê o stop accrual quando ocorrer o atraso destas operações for superior a 90 (noventa) dias de atraso ou o ativo considerado como problemático.

Foi adotada a metodologia simplificada para apuração das perdas associadas ao risco de crédito, conforme estabelece a Resolução BCB nº 352/23, com base em premissas de segregação da carteira, arrasto da provisão por ativo problemático e nível de atraso. Os efeitos na adoção do novo modelo de perdas foram de R\$ 979, líquidos dos efeitos tributários, registrados em contrapartida do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2025, conforme apresentados a seguir:

Redução da provisão para perdas associadas ao risco de crédito	4.305
Redução do ativo diferido fiscal	(3.326)
Efeito líquido	979

II – Demais atualizações normativas (atualizações prospectivas): a Resolução BCB nº 437/24 trata do cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco, em função da reformulação normativa atrelada a apuração dos riscos e do Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As Instruções Normativas BCB nºs 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 definem as novas rubricas contábeis do COSIF, em atendimento às mudanças introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23. A Resolução BCB nº 178/22 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil, todavia, não se aplica à Instituição.



3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente ao período apresentado nessas demonstrações contábeis.

a. Disponibilidade

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. Possuem alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento inferior a 90 dias. Tais valores são considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

b. Operações de crédito

Estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais. As rendas de operações ativas são apropriadas *pro rata die*. As operações prefixadas são registradas pelo valor do resgate, reduzido pelas rendas a apropriar.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias ou quando caracterizadas com problema de recuperação de crédito são reconhecidas como receitas apenas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o art. 17º, da Resolução BCB nº 352/23.

c. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada com base na metodologia simplificada, incluindo critérios de arrasto por cliente, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23.

São observados níveis de provisão estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão dessas operações corresponderão ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na regulamentação, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas, sobre o valor contábil bruto do ativo.

d. Imobilizado de uso

São mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

e. Intangível

São ativos não físicos que geram benefícios econômicos futuros para a entidade e que podem ser identificados separadamente do restante do negócio. É mensurado pelo desembolso no desenvolvimento dos produtos, deduzido de amortização acumulada. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável.

f. Depósitos a prazo

São registrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos atualizados em base *pro rata die*, até a data do balanço.



g. Recursos de aceites cambiais

Estão demonstrados pelos valores exigíveis, atualizados pelos encargos, em base *pro rata die*.

h. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata die*) auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos pós-fixados foram atualizados *pro rata die* e os pré-fixados encontram-se líquidos dos encargos a apropriar, em razão da fluência dos prazos contratados.

i. Apropriação de receitas e despesas

São reconhecidas pelo regime de competência em que incorrem.

j. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

k. Provisão para imposto de renda e contribuição social- corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda - IR é constituída à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual). A contribuição social - CSLL é calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 15%.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

l. Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.



m. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do período aquele que:

I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultado desta natureza, motivo pelo qual não estão sendo apresentados.

n. Eventos subsequentes

Evento subsequente é aquele que ocorre entre a data do encerramento do exercício e a data em que as demonstrações são autorizadas para emissão. Pode ser:

I - Eventos que fornecem evidência de condições existentes na data de encerramento: e

II - Eventos que indicam condições que surgem após o encerramento da data-base (revelação de informações).

Ainda, podem ser ajustáveis e não ajustáveis, a depender da natureza e efeito financeiro.

4. Gerenciamento de risco

A Instituição aborda o gerenciamento de todos os riscos inerentes às suas atividades de modo integrado, por meio de uma área específica para gestão de riscos. Essa visão multidisciplinar proporciona o aprimoramento dos modelos de gestão de riscos e evita a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

a. Gerenciamento do risco de crédito

A Instituição monitora as operações realizadas através da evolução da carteira, indicadores de inadimplência (over 90), bem como dos níveis de recuperação. Realiza o cálculo do value at risk (VaR) e realiza testes de estresse, contemplando valores de perda esperada (PE) e de perda não esperada (PNE). No entanto, para apuração do capital requerido, é utilizada a metodologia de abordagem padronizada simplificada (RW_{ARCSIMP}), conforme Resolução BCB nº 437/24.

b. Gerenciamento do risco de liquidez

Visando o planejamento financeiro, a otimização dos recursos disponíveis, administração da exposição e a redução da probabilidade para ocorrências de problemas de liquidez, a Instituição controla, diariamente, o equilíbrio entre os pagamentos e recebimentos da Instituição. Ainda, realiza testes de estresse, através do índice de liquidez de curto prazo (LCR) e o índice de liquidez de 90 dias.

c. Gerenciamento do risco de mercado

Com o objetivo de identificar a possibilidade de perda em função da oscilação de taxas referentes aos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva, e a fim de mitigá-lo, a Instituição monitora tais oscilações, procede o cálculo do VaR e realiza testes de estresse na carteira de operações de crédito.

**d. Gerenciamento do risco operacional**

O gerenciamento do risco operacional é realizado através do mapeamento de processos e o levantamento de riscos já identificados, os controles implementados e o rastreamento das falhas ocorridas, registradas através de relatórios de não conformidades. Para apuração do capital requerido, a Instituição utiliza a abordagem padronizada simplificada (RWAROSIMP), conforme Circular Bacen nº 3.863/17.

e. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital consiste no monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital.

Em 30 de junho de 2025, a Instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio, compatível com o grau de risco de sua estrutura, conforme segue:

	30/06/2025
Risco de crédito (RWARCSIMP)	169.463
Risco operacional (RWAROSIMP)	9.495
Ativos ponderados pelo risco (RWAS5)	178.958
Parcela Rban	9.730
Patrimônio de referência (PR)	212.562
Margem para o limite de Basileia	23.874
Índice de Basileia (PR x 100) / (RWA / IBs5)	20,19%

Em conformidade com o art. 21, da Resolução nº 4.606/17 do CMN, os relatórios de gerenciamento de riscos encontram-se na sede da Instituição.

5. Disponibilidade

	30/06/2025
Depósitos bancários	95
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	4.575
Total	4.670

(*) Referem-se a valores aplicados em operações compromissadas, lastreadas em Letras do Tesouro Nacional, com remuneração baseada na taxa Selic, as quais foram resgatadas integralmente em 1º de julho de 2025. Considerando um cenário de variação de 50% na taxa CDI (maior ou menor), o efeito no ativo da Instituição é de R\$ 272 em 30 de junho de 2025.



6. Operações de crédito e outros créditos

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente por nível de risco, vencimento e ramo de atividade, conforme segue:

	30/06/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	252.589	68.109	320.698
Financiamentos	100.516	15.128	115.644
Operações de crédito - setor privado	353.105	83.237	436.342
Outros créditos	62.009	3.645	65.654
Total	415.114	86.882	501.996
(-) Provisão para perdas	(101.847)	(14.023)	(115.870)
Total	313.267	72.859	386.126



a. Classificação por carteira e faixas de atraso

30/06/2025				
Período	Saldo	Perda incorrida	Perda esperada	Provisão para perdas
Carteira C4				
Não problemáticos				
De zero a 14 dias	6.824	-	(130)	(130)
De 31 a 60 dias	148	-	(19)	(19)
Problemáticos inadimplidos				
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	59	(39)	(3)	(42)
Carteira C5				
Não Problemáticos				
De zero a 14 dias	312.151	-	(5.931)	(5.931)
De 15 a 30 dias	14.742	-	(1.106)	(1.106)
De 31 a 60 dias	8.146	-	(1.222)	(1.222)
De 61 a 90 dias	7.878	-	(2.994)	(2.994)
Problemáticos adimplidos				
De zero a 14 dias	24.814	-	(13.251)	(13.251)
De 15 a 30 dias	4.171	-	(2.227)	(2.227)
De 31 a 60 dias	3.187	-	(1.702)	(1.702)
De 61 a 90 dias	3.938	-	(2.103)	(2.103)
Problemáticos inadimplidos				
Menor que um mês	10.632	(5.316)	(362)	(5.677)
Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	11.770	(6.285)	(400)	(6.685)
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	10.303	(5.852)	(350)	(6.202)
Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	8.333	(5.017)	(283)	(5.300)
Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	8.400	(5.342)	(286)	(5.628)
Igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	8.907	(5.968)	(303)	(6.270)
Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	8.580	(6.040)	(292)	(6.332)
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	7.288	(5.379)	(247)	(5.626)
Igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	6.996	(5.401)	(238)	(5.639)
Igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	6.815	(5.493)	(232)	(5.725)
Igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	6.146	(5.163)	(209)	(5.372)
Igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	6.585	(5.755)	(224)	(5.979)
Igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	5.775	(5.244)	(196)	(5.440)
Igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	5.828	(5.490)	(198)	(5.688)
Igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	3.580	(3.494)	(86)	(3.580)
Total	501.996	(81.278)	(34.594)	(115.870)

b. Classificação por prazo de vencimento

30/06/2025						
	Vencidos	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer de 1 a 3 anos	A vencer de 3 a 5 anos	Total
Empréstimos	57.605	71.074	123.910	66.601	1.508	320.698
Financiamentos	15.257	30.869	54.390	15.108	20	115.644
Outros créditos (i)	13.614	20.212	28.183	3.645	-	65.654
Total antes da provisão para perda	86.476	122.155	206.483	85.354	1.528	501.996

(i) Operações de compras de cartão de crédito lojista, sem incidência de encargos financeiros.

c. Classificação por atividade econômica

	30/06/2025
Pessoa física	494.966
Pessoa jurídica - Serviços	2.136
Pessoa jurídica - Comércio	4.894
Total	501.996



d. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito constituída na forma indicada na nota explicativa nº 6.a apresentou a seguinte movimentação no período:

	30/06/2025
Saldo inicial	78.798
Provisão para perdas constituída no semestre	38.154
Baixa para prejuízos no semestre	(1.082)
Saldo final	115.870

e. Operações renegociadas

	Empréstimos 30/06/2025	Financiamentos 30/06/2025	Total
Renegociação normal	36.655	3.764	40.419
Renegociação de créditos em prejuízo	3.368	1.071	4.439
Total renegociado	40.023	4.835	44.858
Valores recebidos	5.626	2.354	7.980

Instrumentos decorrentes de renegociações que, de forma geral, impliquem concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

7. Outros ativos

Em 30 de junho de 2025 o montante de R\$ 3.071, registrado na rubrica de “Outros ativos” representa preponderantemente valores a serem repassados pelo correspondente bancário da Instituição, decorrentes de recebimentos dos contratos de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 2.455.

8. Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo referem-se a recibos de depósitos bancários - RDB, captados à taxa de 111% do CDI.

Considerando um cenário de variação de 50% na taxa CDI (maior ou menor), o efeito no passivo da Instituição é de R\$ 1.404 em 30 de junho de 2025.

a. Prazos de vencimentos

	30/06/2025
A vencer até 3 meses	-
A vencer de 3 a 12 meses	40.606
Total circulante	40.606
A vencer de 1 a 3 anos	1.283
Total não circulante	1.283
Total geral	41.889



b. Movimentação

	30/06/2025
Saldo inicial	39.817
Captações no semestre	1.200
Resgates no semestre	(1.936)
Juros no semestre	2.808
Saldo final	41.889

9. Recursos de aceites cambiais

Os recursos de aceites cambiais referem-se a letras de câmbio, captadas à taxa de 115% do CDI.

Considerando um cenário de variação de 50% na taxa CDI (maior ou menor), o efeito no passivo da Instituição é de R\$ 3.083 em 30 de junho de 2025.

a. Prazos de vencimentos

	30/06/2025
A vencer até 3 meses	1.491
A vencer de 3 a 12 meses	6.480
Total circulante	7.971
A vencer de 1 a 3 anos	66.585
Total não circulante	66.585
Total geral	74.556

b. Movimentação

	30/06/2025
Saldo inicial	85.734
Captações no semestre	15.943
Resgates no semestre	(33.287)
Juros no semestre	6.166
Saldo final	74.556

10. Outros passivos – diversas

a. Circulante

Em 30 de junho de 2025 o montante de R\$ 6.167, registrado no passivo circulante, refere-se a créditos de clientes do cartão de crédito no montante de R\$ 3.006 e valores a pagar a fornecedores e prestadores de serviços no montante de R\$ 3.161.

b. Não circulante

O montante de R\$ 80 em 30 de junho de 2025 refere-se aos passivos contingentes, provisionados em função de ações cíveis classificadas como “provável” pela assessoria jurídica, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os valores classificados como “possível” totalizam R\$ 9 em 30 de junho de 2025, em função de ações cíveis.

**11. Transações com partes relacionadas****a. Depósitos a prazo e letras de câmbio**

Os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas referem-se a depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais.

	30/06/2025
. Passivo circulante (notas explicativas nºs 8 e 9)	48.577
. Passivo não circulante (notas explicativas nºs 8 e 9)	67.868
. Despesas de captação no mercado	8.974

b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

	30/06/2025
Saldo inicial	13.635
Dividendos adicionais destinados/aprovados em AGO	10.199
Dividendos e juros sobre o capital pagos	(11.395)
Saldo final	12.439

c. Correspondente bancário

Os saldos apresentados referem-se ao serviço de correspondente bancário prestado por Eugênio Raulino Koerich S.A. - Comércio e Indústria, em conformidade com o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

	30/06/2025
Correspondente bancário	
. Ativo circulante	2.293
. Passivo circulante	47.081
. Passivo não circulante	2.997
. Despesa com correspondente (nota explicativa nº 14)	5.136

d. Remuneração da administração

A remuneração da administração perfaz o montante de R\$ 416 composto principalmente pelos montantes de pró-labore, remuneração direta e auxílios alimentação e saúde.

12. Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 30 de junho de 2025 o capital social subscrito é de R\$ 120.000, totalmente integralizado e inteiramente pertencente a acionistas domiciliados no País, representado por 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias no valor nominal de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais).

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A destinação do resultado ocorre ao final do exercício social.

**c. Reserva estatutária**

Possui o objetivo de manter a margem operacional da Instituição, compatível com o desenvolvimento das suas operações ativas, podendo atingir até 100% (cem por cento) do valor do capital social integralizado. Seu saldo poderá ser utilizado: i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento e; iii) na incorporação ao capital social. A destinação do resultado ocorre ao final do exercício social.

d. Dividendos

O saldo de dividendos adicionais propostos, classificados no patrimônio líquido em dezembro de 2024, foram aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2025. Desta forma, foram reclassificados para o passivo circulante, os valores dos juros sobre capital próprio, líquidos do imposto de renda na fonte, juntamente com o valor de dividendos a pagar, estão classificados na rubrica de outras obrigações sociais e estatutárias, no balanço patrimonial.

13. Receitas de intermediação financeira

	30/06/2025
Empréstimos	69.000
Financiamentos	27.656
Total de receitas de operações de crédito	96.656

14. Outras despesas administrativas

Representa, principalmente, as despesas com o correspondente bancário da Instituição, além de outras despesas necessárias à manutenção da atividade.

	30/06/2025
Comunicação	223
Processamento de dados	5.762
Publicidade e propaganda	3.686
Correspondente bancário	5.136
Serviço de terceiros	3.339
Outras despesas	1.533
Total	19.679

15. Despesas tributárias

Em 30 de junho de 2025 o montante de R\$ 3.660 refere-se preponderantemente às despesas de PIS, COFINS, ISS e demais taxas federais e municipais.

16. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

**a. Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social**

	30/06/2025
Resultado contábil antes da provisão para IR e CSLL	21.587
IR e CSLL aplicadas às alíquotas vigentes	(8.623)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	569
Juros sobre o capital próprio	520
Incentivos fiscais (Pat e Lei Rouanet)	141
IR e CSLL do semestre	(7.393)
Passivo fiscal diferido	816
Ativo fiscal diferido	45
IR e CSLL diferidos	861
IR e CSLL do semestre	(6.532)

b. Natureza dos impostos diferidos

Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total
Ativo				
Prov. perda estimada - não dedutível	34.592	8.648	5.189	13.837
Provisões passivas	79	20	12	32
Passivo				
Renda de contratos renegociados de prejuízo	(15.091)	(3.773)	(2.264)	(6.037)
Total	19.580	4.895	2.937	7.832

O valor presente das diferenças temporárias representa o montante de R\$ 9.024, calculados com base na taxa média da captação. Os valores acima representam o imposto de renda e a contribuição social, compostos de diferenças temporárias registradas na contabilidade, porém, não aceitos fiscalmente no momento de sua constituição. A expectativa de realização dos créditos tributários segue conforme demonstrado a seguir:

Expectativa de realização		
Ano	Valor nominal	Valor presente
2025	2.478	1.913
2026	5.595	3.797
2027	4.044	2.412
2028	1.446	758
2029	274	144
Total	13.837	9.024

17. Eventos subsequentes

A Instituição não apresentou eventos subsequentes que requeressem publicação após o encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2025 até a data de publicação destas demonstrações contábeis.

DIRETORIA

Ronaldo Furtado Koerich
 Luiz Dela Bruna
 Ramon Vermeulen Noceti
 Rodrigo Garcia Neves

CONTADOR

Jhone Bruce Lee Fernandes
 CRC 1 SC 31264/O-1